

CELSINHO

João Baptista Villela

Não é só pela dor que a morte nos desconcerta. Na sua carga de enigma e mistério, espelha-se muito, ou mesmo o mais, de nossa impotência diante do destino, de nossa insegurança quanto ao futuro e de nossa angústia frente ao desconhecido.

O falecimento de Celso Barbi Filho – *Celsinho*, para nós da academia – trouxe, para além de todos esses componentes, a marca da surpresa e do estupor. Falar de *surpresa*, relativamente à morte, soa ingênuo. Não há surpresa face ao único certo e inevitável. De fato. No entanto, a nossa capacidade de especular e tecer projeções acaba, não raro, por nos investir na premonição de um mal iminente e sem remédio. Uma existência propecta, uma enfermidade incurável, uma exposição anormal ao risco, como nas guerras, emitem sinais persistentes de um fim, que acabam por ganhar o horizonte da habitualidade. Não era, em definitivo, o caso de Celsinho. Jovem, saudável e sem vícios, só prenunciava mais vida, crescimento, exuberância e realização.

Por outro lado, perpassa a teologia popular da morte, a crença de que a vida de cada um está ligada a uma suposta missão que nos é predestinada. Vem-se ao mundo para a execução de um *projeto*: único, pessoal e intransferível. Cumprido este, retorna-se às origens, para uns, ou assume-se um novo corpo, para outros. Para todos, porém, as rupturas na existência terrena constituem passagens no rumo das beatitudes, quando se verá a Deus face a face. Como quer que seja, parece que, desde tempos imemoriais, a vida de cada um aflora no imaginário coletivo sempre associada a um desígnio *missionário*. É difícil não nos perguntarmos de algum morto próximo, por palavras ou em silêncio, a que foi, afinal, que veio.

Recordar Celsinho é, um pouco, entregar-se a esse exercício, em que porventura nossos corações encontram repouso de seus desassossegos.

Celsinho foi meu aluno e foi meu monitor na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Não obstante a diferença de idades, que nos atribuía a gerações distintas, ficamos amigos próximos. Acabamos colegas na Faculdade. Distinguia-me com a reverência de um filho e, por muito que não nos víssemos, era costume seu visitar-me sempre pelo Natal. Da última vez, levou-me um queijo, fabricação sua, pessoal, em horas roubadas ao seu trabalho no campo, onde também continuava a obra de lazer e serviço de seu pai, o saudoso Prof. Celso Agrícola Barbi.

De Celsinho não sei que virtudes mais distinguir. Nem estão estas linhas aqui para isso. Se posso, contudo, entre tantas, nomear uma qualidade, fixo-me na que o impulso me manda assinalar: a humildade. Talvez porque ela se distanciava tanto do seu perfil exterior de sucesso: jovem, brilhante, bem-parecido e simpático. Mais ainda, suponho, porque fizesse o contraponto ao que, no meio universitário, constitui o mais perverso e disseminado dos vícios: a vaidade e a arrogância. Pois Celsinho era, sim, despretensioso e tinha o mérito de não se levar muito a sério. No que também lembrava o Barbi sênior.

Se Celsinho era *jovem* e *jovial* – nem sempre estes atributos andam juntos –, sua alegria nada tinha do auto-contentamento dos tolos. Nem do triunfalismo exibicionista dos vencedores. Antes, nela havia um quê de desdém por si mesmo, que às vezes sugeria um modo discreto e elegante de praticar a modéstia.

De sua contenção quanto ao juízo que tinha de si próprio deu-me boas provas. Cito duas delas.

A primeira, de resto, uma demonstração pública: a dedicatória que fez ao pai, de sua excelente dissertação de mestrado, *Acordo de Acionistas*. Está publicada para quem a quiser ler. Mas vale a pena ser transcrita:

"Ao prof. Celso Agrícola Barbi, exemplo inigualável de jurista, advogado, mestre, homem e pai, a afetuosa gratidão pela honra de ter me dado o seu nome".

Piedade filial, dir-se-á. Sem dúvida. Mas também desapego e esquecimento de si. Homenagem que não quer premiar, mas que se reconhece, ela própria, uma premiação.

A segunda prova é estritamente pessoal e consta de carta que me enviou há poucos meses. Para ser mais preciso: no dia exato que se seguiu ao seu doutoramento em Direito, quando do último Advento. Penso não lhe estar traindo a discrição nem atentando contra a privacidade de um depoimento, ao dar a público, já agora, o que me confessava então em caráter reservado.

Literalmente escreveu-me:

"A nota final, confesso-lhe, me surpreendeu, porque não achei que a merecesse. Com algum constrangimento, conto-lhe que a Banca me deu 10. O Sr. sabe, melhor do que ninguém, o que é necessário ao aluno para obter semelhante avaliação. Acho que fui apenas um candidato ativo, que não se entregou durante todo o extenso debate. Mas, insisto, e com o Sr. tenho liberdade para dizer honestamente: o trabalho em si não valia 10. Talvez eu tenha sido premiado pela persistência e paciência de ter conseguido apresentar uma tese, elaborada diuturnamente durante cinco longos anos, no contexto da vida de um advogado que luta para manter acesa a chama de uma desejada vocação acadêmica".

Há quem se destaque por ter vivido fora de seu tempo. Pós-maturo ou prematuro em relação à cronologia histórica, mas sempre, de um modo ou de outro, acima dela. Não creio que assim se passasse com Celsinho. Ele ficava à vontade na irrequietude da transição milenar. Era, digamos, um pós-moderno bem resolvido e se movia, sem embaraços, na vertiginosa sucessão dos cenários. Também assumiu o espaço que lhe foi destinado habitar. Mineiro e cosmopolita, mantinha as raízes na terra que o viu nascer, sem perder o sentimento do mundo. Não se rendeu, porém, como tantos de sua geração, às seduções do sucesso pela via do conformismo. Sabia distinguir e teve a coragem de resistir. Nisso foi singular. Como singular e insuprível é a lacuna que seu passamento abre no quadro dos valores humanos.

Lisboa, junho de 2001